

CARTA ABERTA

AO GRUPO DE PROFESSORES DA FCTUC QUE DIRIGIU UM MANIFESTO AOS ESTUDANTES

Esta carta aberta destina-se no essencial, a abordar alguns dos pontos do manifesto referido em epígrafe, assim como a posterior posição tornada pública pelos órgãos de comunicação de 26.6.78 a fim de expormos a nossa opinião como elementos eleitos de uma das listas de estudantes concorrentes às eleições para a A.R. da FCTUC. Elementos interessados em contrapor, são e francamente os nossos argumentos em relação às preocupações manifestadas pelos professores que se dirigiram publicamente aos estudantes e expôr, por nossa vez, a nossa preocupação pelo prejuízo que poderá advir, para o estabelecimento de um clima de diálogo e para a vida da escola, de um estreir de posições.

No que respeita à possível existencia de uma situação que possa desdobrar em "formas de desrespeito físico ou moral" aos professores pretensamente reintegrados em funções docentes na FCTUC, julgamos útil recordar que a última Assembleia Magna da Academia realizada em 16.6.77 decidiu de facto, impedir o funcionamento das aulas dos referidos docentes, como alternativa ao prosseguimento da greve das aulas ou explicitamente, que não se lançaria mão, em qualquer caso, de quaisquer procedimentos violentos para atingir aquele fim. Estamos pois convencidos, julgando todos os outros colegas por nós próprios, que tal não irá suceder de acordo com as decisões da Magna.

Entretanto o não reconhecimento por parte dos estudantes da reintegração daqueles professores em funções docentes deve ser encarado como posição de princípio que não fere o disposto na lei fundamental. Se por um lado a Constituição prevê o arquivar dos processos de saneamento não concluídos até 31 de Dezembro de 76 não determina que as pessoas visadas sejam reintegrados exactamente nas mesmas funções que desempenhavam até ao seu afastamento. E se os estudantes pensam que apesar dos prazos legais expirarem, os motivos da atitude inicial se mantêm então, como se recomendava a dado passo do manifesto que referimos, a "assumir as suas responsabilidades". Uma sociedade democrática é normal ouvir opiniões das partes interessadas e decidir então, pesando bem prós e contras. Tal não sucedeu neste caso e julgamos legítimo, pelo menos, protestar contra a atitude das autoridades que reputamos de autocráticas orque surdas às reclamações de diálogo. Teria sido possível evitar muito do que já sucedeu. Mas, apesar dos erros que nós, estudantes, possamos ter cometido não congratulamos ser nós os causadores de toda a grave situação que hoje se vive na Academia. A AGE de quarta-feira passada, por sua vez, decidiu que a alternativa para o funcionamento das disciplinas que seriam afectadas seria a redistribuição do serviço docente. Esta solução passa, quanto a nós, pelo encarar o problema na globalidade, e em contrar com as autoridades a solução para as disciplinas, por um lado, e para os professores visados, por outro. Mas a AGE da FCTUC não decidiu que esta via fosse tapada por "quaisquer coações". Antes resolveu fazer um apelo naquele sentido ao professor Ferrer Correia e à Comissão Coordenadora do Conselho Científico. Tanto a Assembleia Magna como a AGE, em particular manifestaram a preocupação de propor construtivamente medidas que permitissem salvar o ano pedagógico sem cedências e facilismos ou oportunistas que não poderiam provir senão de pessoas mal intencionadas, tal a gravidade da situação e a urgência de medidas que a solucionem. Os prazos aprovados são realistas e resultam do compromisso possível entre a recuperação deste ano lectivo e o início do próximo.

Neste clima de concentração de esforços consideramos muito grave a atitude de alguns professores a quem falta suficiente coragem e honestidade de dizerem claramente quem são, ao decidirem não dar aulas a partir da altura em que o MEIC decidiu reabrir a Universidade. Atitude que os estudantes não aceitaram nem podem compreender a partir de docentes que falam de "responsabilidade perante a escola e perante o país" para justificarem uma actuação que visa precisamente a desestabilização da situação na escola e denigre a imagem da própria instituição universitária, responsável e ponderada em todas as suas atitudes.

Atitudes que, não só pelo anonimato mas pela restrição do círculo em que foi decidida e abruptamente comunicada revela grave incapacidade para a convivência democrática.

A decisão de não dar aulas, sendo seguida por um maior numero de professores poderá de tal forma desestabilizar a situação actual, a qual exige muita prudência e reflexão, que o encerramento da nossa Faculdade se torne muito possível.

Foi pois com estupefacção e perplexidade que tomamos conhecimento, através dos Orgãos de Comunicação Social de 26.6.77 da decisão dos subscritores do "manifesto aos estudantes de Coimbra" de não darem aulas a partir de hoje, segunda-feira dia 27.

Estupefacção porque do espirito do referido manifesto não se poderia esperar tal decisão. De facto, depois da reabertura da Faculdade, quais as formas de luta levadas a cabo pelos estudantes que "atentem contra os direitos individuais dos cidadãos" (sic. do manifesto)? Houve por acaso algum acontecimento na nossa Faculdade que possa ser classificado de "desrespeito fisico ou moral sobre os seus elementos" (sic. do manifesto)? Parece-nos que não.

Perplexidade porque tal decisão foi tomada num tal contexto que poderá levar ao rápido encerramento da FOTUC, objectivo dos professores que não dão aulas desde a reabertura com os quais não confundimos os subscritores do manifesto. Teremos pois que os enocarar como co-responsáveis por tão grave situação que poderá ser criada.

Todos calculamos, mais ou menos aprofundadamente a extensão das consequências de um tal acontecimento, que ninguém bem intencionado quererá, por certo, precipitar. É assim que se nos afigura neste momento indispensável o recurso aos órgãos democraticos da escola, legalmente constituídos, para o encontrar de soluções e o concertar de opiniões.

Estamos convencidos de que assim como os professores da FOTUC que dirigiram o manifesto aos estudantes e participam nas AGE's lado a lado com estes, não se refugiando no anonimato e defendendo publicamente as suas posições, se mostram dignos do respeito devido às opiniões por vezes discordantes mas sérias, assim também os estudantes (e os outros, neste particular poder falar por todos eles) não atentarão "contra os direitos individuais dos cidadãos". Têm as suas opiniões e querem ser ouvidos. É também um direito que constitucionalmente lhes assiste.

Coimbra, 27/Junho/1977

Os elementos eleitos da lista B do corpo
discente, concorrente às eleições para a
Assembleia de Representantes da FOTUC